

## REVISITANDO O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL NO MATERIALISMO HISTÓRICO<sup>1</sup>

Marise Ramos<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo pondera conceitualmente a classe social no Materialismo Histórico, considerando que o capital elimina trabalho vivo e tem reduzido o número de assalariados, em especial os industriais. Parte-se do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels, avançando para as elaborações de Antonio Gramsci, Edward Thompson e Ricardo Antunes. Questiona-se o momento da consciência política coletiva de trabalhadores hoje, entendendo que a classe está em processo e que captar seu movimento exige reconhecer e explicitar dinâmicas vivas das experiências que um tempo tão adverso nos impõe. **Palavras-chave:** classe social, classe como processo e como relação, classe-que-vive-do-trabalho.

### REVISITANDO EL CONCEPTO DE CLASE SOCIAL EN EL MATERIALISMO HISTÓRICO

### Resumen

Este ensayo analiza conceptualmente la clase social en el Materialismo Histórico, considerando que el capital elimina el trabajo vivo y ha reducido el número de asalariados, especialmente en el industrialismo. Parte del pensamiento de Karl Marx y Friedrich Engels, y avanza hasta las elaboraciones de Antonio Gramsci, Edward Thompson y Ricardo Antunes. Cuestiona el estado actual de la conciencia política colectiva de los trabajadores, entendiendo que la clase está en constante cambio y que captar su movimiento requiere reconocer y explicar la dinámica vital de las experiencias que nos imponen estos tiempos adversos.

**Palabras clave:** clase social, clase como proceso y como relación, clase que vive del trabajo.

### REVISITING THE CONCEPT OF SOCIAL CLASS IN HISTORICAL MATERIALISM

### Abstract

This essay conceptually considers social class in Historical Materialism, considering that capital eliminates living labor and has reduced the number of wage earners, especially in industrialism. It begins with the thinking of Karl Marx and Friedrich Engels, advancing to the elaborations of Antonio Gramsci, Edward Thompson and Ricardo Antunes. It questions the current state of collective political consciousness among workers, understanding that the class is in process and that capturing its movement requires recognizing and explaining the living dynamics of the experiences imposed on us by such adverse times.

**Keywords:** social class, class as process and as relationship, class-that-lives-from-work.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 08/08/2025. Aprovado em 25/03/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.68812>

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: [ramosmn@gmail.com](mailto:ramosmn@gmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3796863111902233>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5361-7819>.

## Introdução

Seria pretensioso de minha parte recuperar o debate sobre classe social, devido tanto à sua complexidade quanto à existência de inúmeros trabalhos de relevância sobre o tema. Dentre esses estão obras de referência que se dedicam ao pensamento clássico, especialmente as vinculadas ao materialismo histórico. Neste âmbito, refiro-me, de partida, ao comentário de Bottomore (1993) sobre o fato de nem Marx nem Engels terem formulado o conceito de classe de maneira sistemática. Numa perspectiva formalista, a incompletude do Capítulo LII de O Capital, intitulado “As classes”, assim comprovaria. De fato, neste, Marx formula textualmente a pergunta: “que constitui uma classe?” (Marx, 2018, p. 1164) e interrompe a análise que levaria à resposta no segundo parágrafo consecutivo, não chegando a finalizar duas páginas do capítulo. Entretanto, o conceito povoa toda a produção dos autores, o que confere ainda mais relevância aos trabalhos de exegeses de seus textos feitos por intelectuais brasileiros e não brasileiros, em busca da sistematização, interpretação e historicização do conceito.

Recuperando clássicos, cito as elaborações de Georg Lukács, Antonio Gramsci e Edward Palmer Thompson, além de Ellen Wood, defensora das elaborações deste último. Contemporaneamente, reconheço textos de Armando Boito Jr., Marcelo Badaró Mattos; Ricardo Antunes; e Sérgio Lessa; para citar alguns, como de necessária leitura. Além desses e com base neles, encontramos um significativo número de artigos disponíveis que valeriam um levantamento do estado da arte.

Com tais declarações, quero dizer que minha contribuição se limita a enunciar e ponderar aspectos conceituais sobre classe social no âmbito do Materialismo Histórico. Falamos em classe social quando o sociometabolismo do capital elimina cada vez mais o trabalho vivo, reduzindo enormemente o número de assalariados. Dentre esses, aqueles que atuam diretamente na valorização do capital produzindo mais-valia, chamados como trabalhadores produtivos e reconhecidos mais claramente com o proletariado. Esse processo resulta em menores salários, maior desemprego, menos garantias legais dos contratos, menos direitos, mais informalidade, maior precarização etc.

Qualquer análise concreta da classe trabalhadora brasileira tem que considerar esse contexto, à luz, ainda, das reformas trabalhista e da previdência; da lei da terceirização; e das tendências profascistas que se explicitam e se movimentam

deste 2016, ano do golpe jurídico-midiático-parlamentar que depôs a Presidenta Dilma Roussef. Neste texto, somente procurarei recuperar o conceito de classe social no materialismo histórico considerando o pensamento de Marx e Engels, além de intérpretes clássicos e contemporâneos. Faço convergir reflexões preliminares com as elaborações de Edward Thompson e Antonio Gramsci, até chegar, de forma sumária, ao conceito classe-que-vive-do-trabalho de Ricardo Antunes.<sup>3</sup>

### **Classe como conceito constitutivo da análise materialista histórica no modo de produção capitalista.**

Ao afirmar que Marx e Engels não inventaram nem as classes sociais – elas estavam na realidade – nem o conceito, disponível no vocabulário da época, Mattos (2012) reconhece que o uso do termo é anterior ao século XVIII e, para fins de seu ensaio, recua a este período na França. Nesse contexto, ele identifica o uso de “classe” para se referir às quatro categorias correntes de trabalho – agricultura, indústria, comércio e serviços. Explica, ainda que, no século XIX, o termo passou a ser usado pelos franceses por referência às desigualdades, a exemplo de “classe dominante”, “classe burguesa” ou “classe trabalhadora”. Porém, até o fim do século, a maior parte das referências à classe pelos próprios trabalhadores “tomava o termo por sinônimo de profissão ou ofício” (Mattos, 2012, p. 58). No início desse século, na Inglaterra, de forma semelhante, o termo “classes trabalhadoras” designava trabalhadores pobres distribuídos em suas diversas categorias profissionais.

Quando o autor recupera o conceito de classe e luta de classes em Marx e Engels, evidencia-se que o uso do termo “classe” como uma nova categoria de análise da realidade social passa a expressar desigualdades econômico-sociais na sociedade capitalista. Por esse entendimento, o conceito de classe denota “um momento de autorrepresentação consciente dos trabalhadores sobre sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação a outra(s) classe(s)” e se relaciona “à expansão das propostas socialistas” (Mattos, 2012, p.59). É neste contexto, desde a década de 1840, que se dá a formulação do método de interpretação da realidade social de autoria de Marx e Engels.

---

<sup>3</sup> A primeira versão deste texto foi base para exposição na Seção Especial da 40ª. Reunião Nacional da Anped, organizada pelos GTs 8, 9, 17 e 20. 21/10/2021, e realizada em Manaus, Amazonas.

Para a Ellen Wood (2003, p.73), é possível utilizar a expressão classe como um “local estrutural ou como uma relação social”. A primeira concepção, própria da sociologia clássica, concebe classe como classificação, estratificação de uma estrutura hierárquica a partir de critérios como renda ou ocupação. Já a segunda, refere-se à classe enquanto processo histórico e relação entre apropriadores e produtores de mais-valia no modo de produção capitalista. Com esse sentido, afirma Mattos (2012, p. 60):

[...] o conceito de classe social surgiu em Marx e Engels como o centro de sua proposta para a análise das sociedades modernas. O ponto de partida dos autores era a constatação política de que proletariado constituía uma nova força política, que, acreditavam, teria papel preponderante na luta pela emancipação.

Vale dizer que “proletariado” é definido por Marx e Engels (1996, p.72) como

[...] a classe dos operários modernos que só vivem apenas na medida em que encontram trabalho e que só encontram trabalho na medida em que seu trabalho aumente o capital. Tais operários obrigados a vender-se peça por peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e estão, portanto, expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado”.

Lukács (2012, p.126), partindo dessa concepção, entende que o proletariado é “[...] ao mesmo tempo o produto da crise permanente do capitalismo e o executor das tendências que impelem o capitalismo para a crise”.

Wood (2003) e Bottomore (1993) ressaltam que o conceito de classe social é utilizado por Marx e por Engels sem que tenha sido objeto de profunda elaboração teórica, apesar de ser o ponto de partida de toda a sua teoria. A descoberta do proletariado como força política engajada na luta pela emancipação fomentou a análise marxiana sobre a estrutura econômica das sociedades modernas e o seu processo de desenvolvimento: “foram a estrutura de classes da fase inicial do capitalismo e as lutas de classes nessa forma de sociedade que constituem o ponto de referência principal para a teoria marxista da história” (Bottomore, 1993, p.61).

### **Algumas elaborações sobre classe no marxismo**

No capítulo sobre “Burgueses e proletários” da obra Manifesto do Partido Comunista, logo encontramos o enunciado de que “a história de toda sociedade até

hoje é a história de luta de classes” (Marx e Engels, 1996, p. 66). Em comparação às sociedades precedentes, o antagonismo de classes na sociedade capitalista, segundo eles, teria se simplificado em duas grandes classes diretamente opostas: burguesia e proletariado, a primeira tendo o Estado como seu comitê executivo. A dinamicidade da formação das classes é ali apontada sempre por referência aos conflitos e reconhecendo antagonismos entre classes e frações de classes. Designam, então, o proletariado como a classe verdadeiramente revolucionária, condição dada pela superação das lutas isoladas em benefício da sua unidade e da revolução do modo de produção capitalista.

Entendo ser esta a base para a afirmação de Boito Jr. (2007, p. 190) de que “a teoria das classes sociais diz respeito à formação do agente político capaz de dirigir o processo revolucionário de substituição do capitalismo pelo socialismo”; e da fundamentação de Lessa (2007), sobre essa categoria abranger exclusivamente os trabalhadores diretamente produtivos para o capital – o proletariado – como sujeito revolucionário. Porém, como explica Mattos (2013, p. 92),

[...] se o caráter produtivo do trabalho e do trabalhador não se define pelo emprego na grande indústria (nem, portanto, pela subsunção real), tampouco a classe trabalhadora aparece como restringida aos que exercem trabalho produtivo. Pelo contrário, é a condição proletária e o assalariamento como horizonte que a definem. Marx lembra, naquele mesmo texto, que nem todo trabalhador assalariado é produtivo, mas que mesmo os que exercem profissões antes associadas a uma auréola de autonomia (como os médicos, advogados etc.) cada vez mais se viam reduzidos ao assalariamento e caíam – “desde a prostituta até o rei” (Marx, 1978, p. 73) – sob as leis que regem o preço do trabalho assalariado.

É clara, ainda, a posição deste autor, de haver uma concepção ampla de classe presente em *O Capital*, e que a compreensão da reprodução geral (ou ampliada) do capital não permite restringir a definição de classe ao trabalho produtivo.

A nota metodológica sobre o conceito de trabalho produtivo de Ruy Mauro Marini (2000)<sup>4</sup> é convergente com esse argumento. Ele afirma que a questão do trabalho produtivo, ainda que claramente estabelecida desde o Livro I, capítulo XIV, de *O Capital*, só ficará completamente equacionada no capítulo XVII do Livro III, ao se estudar os operários assalariados mercantis. Após consistentes argumentos, ele

---

<sup>4</sup> Texto constante do livro “Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini”, organizado por Emir Sader. Na nota 1, o organizador adverte que as referências a Marx encontradas entre parênteses correspondem à edição de *O Capital*, Fondo de Cultura Económica, México.

retoma a seguinte explicação de Marx (III, p. 287, *apud* Marini, 2000, p. 249): “do mesmo modo que o trabalho não retribuído ao operário cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não retribuído, o trabalho assalariado comercial, cria para o capital comercial uma participação naquela mais-valia”. E complementa:

[...] o mesmo vale para os demais operários da circulação naquelas atividades indispensáveis para que esta tenha curso (bancos, publicidade etc.). Daí ficam, no entanto, naturalmente excluídos os trabalhadores assalariados cuja remuneração corresponde simplesmente a gastos da mais-valia, como o empregado doméstico, o burocrata, os membros do aparelho repressivo do estado, por muito necessários que sejam ao capital e ao regime político correspondente” (Marini, 2000, p. 249).

Marini (2000, p. 249) conclui que “restringir a classe operária aos trabalhadores assalariados que produzem a riqueza material, isto é, o valor de uso sobre o qual repousa o conceito de valor, corresponde a perder de vista o processo global de reprodução capitalista”, e evoca o caráter historicamente determinado dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo.

Voltamos, então, a Mattos (2013, p. 93):

[...] não há por que procurar pela classe trabalhadora apenas no processo estrito da produção capitalista”, mas há que se entender que sua formação se completa na dimensão ampla da reprodução geral do capital, em todos os espaços – no trabalho, nas condições de reprodução de sua vida, nos seus espaços mais amplos de sociabilidade – em que os interesses e visão de mundo dos trabalhadores são confrontados com os do capital.

O princípio da unidade de classe já era evocado por Marx quando ele aborda a situação do campesinato na França por ocasião do Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, na célebre passagem comumente enunciada por pesquisadores:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem sob condições econômicas de existência que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, tem que ser representados (Marx, 1978, p. 397).

A luta de classes no plano político não se separa de suas determinações econômicas. Ao contrário, a síntese dessas dimensões definidoras da classe, como se sabe, é enunciada por Marx como a “classe em si” e a “classe para si”.

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe (Marx, 1985, p. 90).

A unidade de interesses da classe “para si” é interpretada por teóricos marxistas como condensada na “consciência de classe”. Isto requer fazer referência a pelo menos três clássicos, a saber: Georg Lukács, Antonio Gramsci e Edward Thompson. Comento ideias do primeiro logo a seguir, com base em Armando Boito Jr. (2007), e dedico o novo item aos outros dois.

Para Lukács, explica Boito Jr. (2007), a distinção entre “classe em si” e “classe para si”, estaria no fato de a classe operária ser um dado objetivo da economia capitalista, existindo enquanto tal mesmo que os sujeitos não tenham consciência. A existência objetiva seria complementada pela existência subjetiva dada pela consciência de classe. Na ausência dessa consciência, designada por Lukács como ‘a verdadeira’, pois organizaria a defesa efetiva de seus interesses, haveria a falsa consciência. Esta seria empírica, psicológica, efêmera, inadequada; enquanto a outra seria racional, política e adequada.

Tal elaboração lukacsiana recebe críticas por seu lastro economicista e o autor brasileiro que nos faz essa problematização propõe que a classe seja pensada como fenômeno econômico, político, cultural; objetivo e subjetivo; e que se distinga a formação das classes burguesa e proletária, uma vez que a primeira já é dada, enquanto a segunda existe apenas como uma possibilidade “real”.

### **Classe como processo e relação hoje a partir de E. Thompson e A. Gramsci**

Em confronto com elaborações “economicistas” de classe e “idealistas” de “consciência de classe” caberia a observação de Edward Thompson de que “a classe é uma relação, e não uma coisa. ‘Ela’ não existe, nem para ter um interesse ou uma

consciência ideal, nem para se estender como uma paciente na mesa de operações de ajuste” (Thompson, 1987, p. 11).

Logo na primeira página do livro “A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade” (Thompson, 1987, p. 9), no prefácio escrito pelo autor, ele enuncia como compreende a classe: “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se”. Trata-se da classe como processo, como reconhece Wood (2003). Ele distingue “classe” de “classes”: “um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem as classes trabalhadoras” (p. 9).

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (Thompson, 1987, p. 9, grifo do autor).

Trata-se de algo que ocorre efetivamente e pode ser demonstrado nas relações humanas. Encontramos aqui a sinalização para a experiência. Vejamos:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (Thompson, 1987, p. 10)

Diferentemente de interpretações críticas do pensamento desse historiador, combatidas por Ellen Wood (2003) no capítulo “classe como processo e como relação”, ele entende que a experiência é determinada pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente (as circunstâncias dadas nas quais os homens fazem história, como aprendemos com Marx).

Relações de produção são relações entre pessoas que se unem pelo processo de produção no antagonismo entre os que produzem e os que se apropriam de sua mais valia. Mas Wood explica que as relações de classe não são redutíveis a relações de produção, pois as pessoas que se reúnem numa classe não são todas reunidas diretamente pelo processo de produção nem pelo processo de apropriação. Em outras palavras, as estruturas objetivas geram efeitos sobre a vida das pessoas e em como elas compartilham tais efeitos. O historiador se vale do “termo experiência” para

expressar esses efeitos vividos e compartilhados e, daí, extrai o conceito de “consciência de classe”:

A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (Thompson, 1987, p. 10).

As formações de classe (a classe como processo) e a consciência de classe se desenvolvem a partir do processo de luta, à medida que as pessoas vivem e trabalham suas situações de classe. Em síntese, é a vivência subjetiva e coletiva de exploração que forma a classe e a consciência de classe.

As classes sociais surgem do processo histórico de luta de classes a partir do antagonismo entre os grupos sociais:

A luta de classes é um conceito anterior ao de classe, a classe não antecede, mas surge da luta. [...]. Porque segundo uma visão (partilhada pela maioria dos historiadores marxistas) as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção, embora sob condições que são “dadas” (Thompson, 1981, p.121).

Sob o referencial do materialismo histórico, este autor reconhece as determinações do modo de produção capitalista e as condições sociais desiguais impostas ao proletariado. Disserta que as contradições que constituem o cotidiano de manutenção desse modo de produção e reprodução a partir dos próprios trabalhadores oprimidos também oportunizam movimentos de resistência e de organização entre eles.

Do ponto de vista analítico, ele ressalta o desafio:

Como qualquer outra relação, [a classe] é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais [...] (Thompson, 1987, p. 9-10).

Para Moraes e Muller (2012, p. 289), esta construção teórica permite “identificar os aspectos humanos das relações de produção e a apreender a efetiva dimensão do antagonismo de classe” sendo importante identificar e analisar os métodos e o

significado dos debates como níveis salariais, padrão de vida entre outros. Thompson propõe que a partir da sociologia marxista o pesquisador não deve se restringir a investigação no modo como opera a classe trabalhadora apenas de maneira quantitativa, mas qualitativamente. Desta maneira, entende-se classe social como uma “formação cuja historicidade deriva de relações vividas no processo de produção da vida social” (Tiriba e Benacchio, 2014, p.1).

No desenvolvimento da concepção de classe enquanto relação social, Wood (2003, p.76) defende que Thompson, ao refletir sobre o processo histórico da luta de classes, “pressupõe que as relações de produção distribuam as pessoas em situações de classe, que essas situações geram antagonismos essenciais e conflitos de interesse e que elas criam assim condições de luta”.

Ao enfatizar classe enquanto um processo histórico constituído por pessoas e contextos reais, é proposta que na análise da luta de classes se dê visibilidade a experiência dos trabalhadores no seu cotidiano e dos seus movimentos de organização e resistência à exploração, conforme define: “a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta” (Thompson, 1981, p.57).

Esta construção teórica recusa a noção de classe social como efeito ou resultado linear do modo de produção própria do determinismo econômico, mas apoia-se em Marx na afirmação da classe social como resultado da luta de classe.

Antonio Gramsci fala de dirigidos e de subalternos para se referir ao conjunto de dirigidos/dominados, podendo incluir o campesinato e os marginalizados. Sobre a consciência, ele não se refere à de classe, mas sim, à “consciência política coletiva” – e nos parece que sua elaboração converge com a de Thompson –, cujos momentos depõem acerca do “grau de homogeneidade”, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”, quando analisa a relação de forças:

O primeiro e mais elementar é o **econômico-corporativo**; um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante. Assim, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Neste momento já se coloca a **questão do Estado**, mas apenas visando a alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de

modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente **política**, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em 'partido', entram em choque e lutam até que uma delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unicidade intelectual e moral. Coloca todas as questões em torno das quais se acende a luta não num plano corporativo, mas num plano 'universal', criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo (Gramsci, 1991, pp. 49-50, grifos nossos).

Seria o conceito de subalternos de Gramsci hoje mais apropriado para reunir os trabalhadores de diversos tipos em um conceito ampliado de classe social? Poderíamos reunir assim o conjunto dos trabalhadores assalariados que atuam na produção e na reprodução ampliada do capital, os trabalhadores diretamente produtivos e os improdutivos? E, para além deles, os trabalhadores por aplicativos e empreendedores de si (Dardot e Laval, 2016)? E aqueles que vivem de uma prática mercantil, seja de objetos ou serviços, sem que sejam proprietários dos meios de produção?

### **Conceito de classe para além do trabalhador produtivo em Ricardo Antunes**

Haveria um fio de análise ainda necessário referente à elaboração de Ricardo Antunes da "classe-que-vive-do-trabalho, na obra "Os sentidos do trabalho" (2003). O autor afirma não se tratar de uma nova expressão conceitual, mas sim uma ampliação do foco de análise, com base na compreensão marxista de classe, a fim de compreender a diversificação e complexificação do proletariado hoje. Ele incorpora a esse conceito não somente os trabalhadores diretamente produtivos, mas os chamados "improdutivos", isto é, que não participam diretamente da produção de mais-valia, processo de valorização do capital, o qual tem-se ampliado significativamente no mundo atual. Esses sujeitos se unificariam na classe-que-vive-do-trabalho pela condição de subsunção real ao capital.

Vimos, na análise de Ruy Mauro Marini (2000) sobre trabalho produtivo e improdutivo, que Marx, no livro III de *O Capital*, reconhece trabalhadores não-industriais como proporcionando a participação do capital comercial na mais-valia produzida pelos trabalhadores industriais. Ele complementa: “trabalho produtivo e improdutivo são, então, conceitos historicamente determinados, referidos às atividades que contribuem a *valorizar ou a tornar rentável o capital*” (Marini, 2000, p. 250, grifado no original). Por isto, a especificidade do trabalho de operários industriais e comerciais não os distingue na condição de classe operária. Distinção o autor faz, sim, daqueles trabalhadores assalariados “cuja remuneração corresponde simplesmente a gastos da mais-valia, como o empregado doméstico, o burocrata, os membros do aparelho repressivo do estado, por muito necessários que sejam ao capital e ao regime político correspondente” (p. 249).

Para Antunes (2003), porém, sob a lógica da subsunção real ao capital, esses também comporiam “a classe-que-vive-do-trabalho”. Dessa estariam excluídos pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária, além de

[...] gestores do capital, seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros (Antunes, 2003, p. 104).

O conjunto da classe-que-vive-do-trabalho carregaria o potencial transformador, a se avançar conforme a apropriação da condição de “classe para si” (Marx, 1985) e da “consciência política coletiva” (Gramsci, 1991) no processo histórico de sua construção (Thompson, 1987).

Essa compreensão se diferencia da análise de Lessa (2007), para quem o potencial transformador revolucionário seria exclusivo do proletariado, a fração diretamente produtiva para o capital. Atualmente, quando se reduz de forma expressiva a quantidade de trabalhadores diretamente ligados à produção e se incrementa o número dos que trabalham nas esferas da circulação e da distribuição, confirmada pela relação entre avanço tecnológico e desemprego estrutural, compreender somente o proletariado como classe revolucionária nos levaria à conclusão de que o avanço do capitalismo destruiria a classe antagônica ao capital e, portanto, este triunfaria absolutamente. Teríamos, assim, o fim da luta de classes e, portanto, o fim da história, como enunciou Francis Fukuyama (1989). Não sendo esse

o horizonte para o qual caminhamos, a necessidade e a pertinência de alargar historicamente o conceito de classe social para a multiplicidade daqueles que produzem sua existência exclusivamente pelo trabalho, vendo-os como processo e nas contraditórias relações, é incontestável.

Cabe, então, sempre perguntar, sobre o grau de nossa “consciência política coletiva”, tal como abordada por Gramsci, sabendo-se não haver uma única resposta para todas as frações que compõem a classe trabalhadora, considerando o fenômeno atual de extensão combinada como intensificação do trabalho que fragmenta, mas ao mesmo tempo unifica, a classe. Recorremos novamente ao historiador Edward Thompson (1987, p.12) quando alerta que, num determinado ponto da história, “pode parecer que não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências”. Talvez assim nos vejamos hoje. Mas tal aparência não significa o fim da classe trabalhadora; ao contrário, nos remete a novos desafios na organização de interesses que nos unificam como tal.

### **Considerações finais**

Na perspectiva de classe social aqui discutida, caberia perguntar como a precariedade do trabalho docente, uma particularidade da precariedade generalizada da vida no capitalismo, acirrada pela lógica neoliberal, é vivida e compartilhada por professores e professoras. Como as compartilham com outros sujeitos trabalhadores. Seriam eles e elas “uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências”, como nos alerta Thompson (1989, p. 12), ou, como nos sugere o historiador, se examinarmos esses homens e mulheres durante este período de mudanças sociais, observaríamos padrões em suas relações, suas idéias, e instituições? Veríamos então, a classe trabalhadora formada por professores e professoras, seus e suas estudantes, seus maridos, suas esposas, companheiros e companheiras, familiares, colegas e amigos/as compartilhando experiências de classe com tantos outros trabalhadores e trabalhadoras?

Em termos gramscianos, em qual momento da consciência política coletiva estariam os trabalhadores hoje? No momento do isolamento e dispersão como “os camponeses na França do século XIX”, que só poderiam ser representados e não se fazerem representar em defesa de seus interesses? No momento econômico-

corporativo, organizados sindicalmente reivindicando aumento salarial e melhores condições de trabalho? No momento do Estado, reivindicando igualdade jurídica no cumprimento de seus direitos, em condições básicas de cidadania? Ou no momento ético-político unificados pela identidade de classes? Ou estamos vivenciando a luta de classes sem classe? Certamente são perguntas cujas respostas se encarnam na história. Por isto, trazemos novamente o historiador:

“Estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante considerável período histórico” (Thompson, 1987, p. 12). Certamente a classe está em processo, a pertinência de se captar seu movimento no presente está em reconhecer e explicitar dinâmicas vivas das experiências que um tempo tão adverso nos impõe.

## **Referências**

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BOITO Jr., A. **Estado, Política e Classes Sociais**. Ensaio Teóricos e Históricos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FUKUYAMA, Fr. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LUCKÁCS, G. **História e Consciência de Classes**. Petrópolis, Vozes, 2012.

MARINI, R. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. **O Capital**. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 329-404.

MARX, K. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MATTOS, M. B. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MATTOS, M. B. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. **Revista Outubro**, n. 21 2º semestre 2013, pp. 81-117).

MÜLLER, R; DUARTE, A. E. P. **Thompson, política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012.

TIRIBA, L. BENACCHIO, R. Editorial. **Trabalho Necessário** – Ano 12, Nº 18/2014, pp. 1-4.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WOOD, E. **Democracia contra capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.